

Coordenadores  
Fernando Aurelio Zilveti  
Sílvia Lopes

# O Regime Democrático e a Questão da Corrupção Política

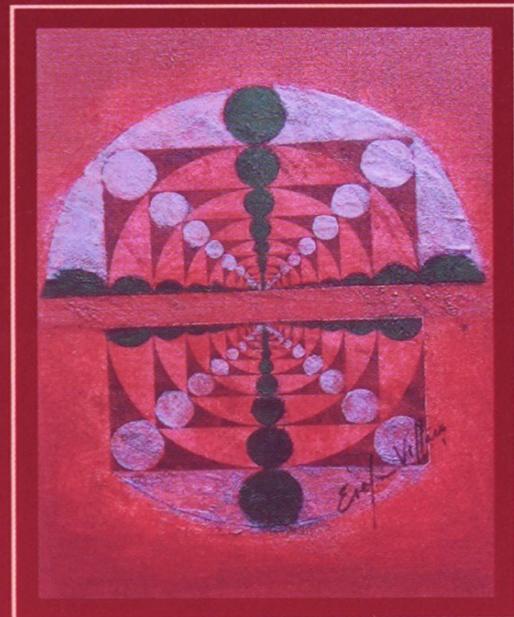
Associação Brasileira dos Constitucionalistas  
Instituto Pimenta Bueno



Palestra Inaugural  
Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho

## Autores

Alexandre de Moraes  
Alvaro Lazzarini  
Caio Tácito Vasconcelos  
Cezar Saldanha Souza Junior  
Cláudio Lembo  
Dirceô Torrecillas Ramos  
Elival da Silva Ramos  
Geraldo Brindeiro  
Gilmar Ferreira Mendes  
Ives Gandra da Silva Martins  
José Alfredo de Oliveira Baracho  
Luca Mezzetti  
Manoel Gonçalves Ferreira Filho  
Monica Herman S. Caggiano  
Nelson Jobim  
Odete Medauar  
Paulo Brossard  
Raul Machado Horta  
Roberto Rosas  
Sérgio Resende de Barros



# Resumo de O Regime Democrático e a Questão da Corrupção Política

Este livro é dedicado aos dez anos do Encontro de Direito Constitucional, organizado pela Associação Brasileira dos Constitucionalistas - Instituto Pimenta Bueno. Reconhecida nacional e internacionalmente, esta entidade promove os encontros a fim de disseminar o estudo do direito constitucional em sua mais ampla acepção, ou seja, a compreensão das regras jurídicas relativas à forma do Estado, à forma de governo, ao modo de aquisição e exercício do poder, sua expressão e os limites da atuação do Estado diante dos direitos fundamentais do cidadão.

O tema escolhido para esse encontro - "O direito constitucional em face da corrupção política" - não poderia ser mais oportuno, numa época em que a democracia sofre, entre inúmeras patologias que impedem a manifestação da vontade geral, o desvio crescente da conduta dos representantes do povo.

O combate ao fenômeno da corrupção é um desafio que ronda as mentes dos doutrinadores do direito constitucional, como é possível depreender dos artigos editados neste livro. A chamada patologia da democracia, analisada com propriedade por eméritos juristas, tem no fortalecimento institucional talvez o remédio mais eficaz.

As instituições democráticas contribuem para dar maior legitimidade na formação da vontade geral, como a existência do Estado de Direito, a limitação eficaz do poder constituído e a garantia ao respeito desse Estado, mormente realizada pelo Judiciário e, no caso brasileiro, também pelo Ministério Público.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)